

SÁVIO FREITAS PAULO

CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO DIALÉTICO  
E A DIALÉTICA DA NATUREZA A PARTIR DAS  
CONTRIBUIÇÕES DE ENGELS E DE LUKÁCS

Recebido em 22/12/2021

Aprovado em 30/08/2022

# CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO DIALÉTICO E A DIALÉTICA DA NATUREZA A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DE ENGELS E DE LUKÁCS<sup>1</sup>

## Resumo

Este texto analisa formulações de importantes autores da tradição marxista, sustentando que o procedimento dialético marxiano possui validade epistemológica não somente para a compreensão da sociedade, mas também para a apreensão das legalidades próprias da esfera da natureza. No interior dessa tradição, Engels se destaca como precursor ao defender esta perspectiva. Contudo, as teses engelsianas são utilizadas de modo a legitimar diversas posturas no mínimo polêmicas durante o percurso histórico pelo qual atravessa o pensamento marxista. Lukács também se consolida como importante pensador desta problemática. Em sua juventude, o autor se posiciona contra a validade da dialética na natureza, direcionando críticas substanciais a Engels e aos teóricos da Segunda Internacional. Em sua maturidade, Lukács reconhece que teria equivocadamente negligenciado o papel fundamental ocupado pela natureza no interior da teoria desenvolvida por Marx, apresentando de maneira sofisticada, sobretudo nos volumes da *Ontologia*, uma série de categorias que fundamentam os processos dialéticos nas diferentes esferas do ser.

**Palavras-chave:** dialética da natureza; Engels; Lukács.

SÁVIO  
PAULO FREITAS

Doutorando em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense (PPGE-UFF). Membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa sobre Marx e o Marxismo (Niep-Marx) e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ontologia Crítica (Gepoc), ambos da UFF. Bolsista Capes.

E-mail: [savio.freitas37@gmail.com](mailto:savio.freitas37@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7038-970X>

<sup>1</sup> Este artigo compreende uma parte do argumento desenvolvido na dissertação de mestrado apresentada ao PPGE-UFF em abril de 2021, intitulada *O método da crítica da Economia Política de Marx e a interpretação de Lukács em "História e consciência de classe"*. Agradeço as contribuições dos professores Eduardo Sá Barreto e Flávio Ferreira de Miranda na ocasião da defesa; e, especialmente, a orientação e os comentários do professor João Leonardo Medeiros, que foram essenciais para a realização desta pesquisa. Uma versão deste texto também foi apresentada no XXVI Enep, em que tive a oportunidade de aprimorar a reflexão sobre esta temática a partir das considerações realizadas pelos colegas e pesquisadores presentes na sessão de debate. Ressalto, contudo, que quaisquer equívocos ou omissões são de minha inteira responsabilidade.

## **Abstract**

This text analyzes formulations of important authors from Marxist tradition, arguing that the Marxian dialectical procedure has epistemological validity not only for the understanding of society, but also for the apprehension of the legalities inherent in the nature sphere. Within this tradition, Engels stands out as a forerunner in defending this perspective. The fact is that Engelsian theses were used in such a way as to legitimize several attitudes that are at least controversial during the historical path through which Marxist thought goes. Lukács is also consolidated as an important thinker on this issue. In his youth, the author took a stand against the validity of dialectics in nature, directing substantial criticisms of Engels and Second International theorists. In his maturity, Lukács recognizes that he had mistakenly overlooked the fundamental role played by nature within the theory developed by Marx, presenting in a sophisticated way, especially in the volumes of *Ontology*, a series of categories that underlie dialectical processes in different spheres of being.

**Keywords:** dialectic of nature; Engels; Lukács.

## Introdução

Especialmente após a publicação dos volumes que compõem a crítica da Economia Política de Marx, torna-se perceptível o esforço de diversos teóricos em resgatar e difundir as ideias marxianas – movimento que daria origem ao *marxismo*<sup>2</sup>. As investigações sobre a abrangência e a fecundidade do procedimento legado por Marx favorecem o irrompimento das mais variadas perspectivas teórico-metodológicas no interior desta tradição. Uma das posições que ocasionalmente ganha destaque nesses debates é aquela que procura atestar a validade do método dialético para a compreensão dos fenômenos pertencentes à esfera da natureza. Nessa perspectiva, Engels trata-se, indubitavelmente, do primeiro autor a defender que não somente a sociedade, mas que também a natureza deveria ser compreendida através do método materialista de Marx.

O esforço do grande amigo de Marx torna-se evidente tanto no *Anti-Dühring* (2015) quanto na *Dialética da natureza* (2020), obras que buscam, dentre outras coisas, evidenciar os problemas de uma apreensão idealista e mecanicista da esfera da realidade a ser investigada, seja ela social ou natural. Notaremos que os desenvolvimentos de Engels não estão livres de problemas; mais problemáticas, contudo, são as teorias em formato manualesco que emergem com referência aos seus trabalhos<sup>3</sup>. É também importante destacar György Lukács como um dos grandes autores que se debruça sobre a investigação da dialética da natureza durante sua trajetória prática e intelectual. O fato é que o posicionamento de Lukács sobre a dialética da natureza se metamorfoseia, sendo possível evidenciar grandes

---

<sup>2</sup> Os termos *marxiano* e *marxismo* são, muitas vezes, incompreendidos ou confundidos entre si. As “ideias marxianas” foram desenvolvidas pelo próprio Marx durante sua trajetória política e intelectual e, portanto, o termo “marxiano” se refere diretamente a Karl Marx. Já o termo “marxista” designa o pensamento produzido pelas tradições marxistas, pelos diferentes intérpretes que foram e são responsáveis pelo desenvolvimento histórico do(s) marxismo(s).

<sup>3</sup> Este processo será mais bem apresentado sobretudo na próxima seção, em que se examina o fato de que, em pelo menos dois contextos históricos distintos, os argumentos de Engels foram eivados de modo a justificar teorias e práticas que contrariam essencialmente os fundamentos marxianos. Trata-se tanto da apropriação problemática realizada pela Segunda Internacional, como daquela realizada pelo “marxismo oficial” stalinista.

diferenças ao se comparar a teoria desenvolvida em sua juventude – aqui nos referindo a sua célebre obra publicada em 1923, *História e consciência de classe* (2003) – àquela desenvolvida na maturidade, sobretudo nas teses presentes em *Para uma ontologia do ser social* (2012; 2013)<sup>4</sup>.

Como forma de indicar não só a legitimidade teórica das formulações de Marx, mas também importantes momentos das leituras realizadas por Engels e por Lukács sobre o método dialético, dividiu-se este texto em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. Primeiramente, nas próximas duas seções, são analisados a repercussão das teses engelsianas e também os principais argumentos desenvolvidos pelo autor do *Anti-Dühring*. Após essa exposição, são apresentadas as críticas do jovem Lukács às perspectivas de Engels e dos teóricos da Segunda Internacional que nelas se apoiaram. Compreendendo que Lukács, ainda na década de 1930, altera profundamente seu entendimento sobre a dialética da natureza, são apresentados, na seção 5, alguns dos principais determinantes da dialética que foram cuidadosamente examinados pelo autor em sua *Ontologia*. Na seção conclusiva, além de uma síntese destas importantes constatações sobre a dialética, a natureza e a sociedade – discutidas a partir dos textos de Engels e de Lukács –, foi tecida uma sintética reflexão crítica sobre o proceder científico que impera atualmente nos mais diversos campos da investigação.

## **I. A recepção das teses de Engels no interior da tradição marxista**

Considerado por muitos o porta-voz do socialismo científico após a morte de Marx, Friedrich Engels foi também o seu mais próximo

<sup>4</sup> Para facilitar, a referência a *História e consciência de classe* será abreviada para HCC; e a referência aos dois volumes de *Para uma ontologia do ser social* será abreviada para *Ontologia*.

<sup>5</sup> Vivendo em Manchester a partir de 1842, Engels tem contato com o movimento operário inglês e dá início aos seus estudos sobre Economia Política. Em 1844, de regresso à Alemanha, ao passar por Paris, Engels conhece Marx, autor com o qual já trocava correspondência há algum tempo. Assim, escrevem em conjunto *A sagrada família*, uma crítica severa à construção especulativa (LENIN, 1982, p. 5). A publicação desse livro demarca o início de um esforço em conjunto por parte dos autores em desvelar as relações objetivas de dominação existentes no modo de produção capitalista. Deste modo, Marx e Engels engajam-se na luta pela defesa de um projeto societário alternativo ao capitalismo, tornando-se também responsáveis pelo surgimento e ascensão de diversos movimentos revolucionários a partir de então.

companheiro<sup>5</sup>. Já na década de 1840, ambos os autores dirigem pertinentes críticas ao idealismo, à metafísica e ao materialismo vulgar – concepções filosóficas que fundamentavam as principais teses dos epígonos de Hegel<sup>6</sup>. Entretanto, o primeiro registro do interesse de Engels sobre a investigação da esfera da natureza é datado somente de maio de 1873. Em uma carta enviada a Marx, Engels expõe um esboço do que seriam as “questões dialéticas das ciências da natureza” que o interessavam, delimitando como campo de suas investigações a filosofia e as ciências naturais<sup>7</sup>.

O material coletado para a composição do que viria a ser a *Dialética da natureza* (2020) é datado de 1873 a 1882, porém o estudo de Engels sobre essa temática deve ter iniciado ainda no fim da década de 1850<sup>8</sup>. Trata-se de uma obra não concluída, pois a redação do seu empreendimento é interrompida em 1876, quando é convidado pelo editor do jornal do Partido Social-Democrata alemão a contrapor as ideias que estavam sendo difundidas por um influente professor de filosofia da Universidade de Berlim, a saber, Eugen Dühring.

As ideias difundidas por Dühring eram realmente problemáticas, não só por conter contradições de toda ordem (científicas, filosóficas, político-ideológicas), mas por ter conseguido se difundir até mesmo entre os adeptos da teoria marxiana. Em seu *Curso de filosofia*, o “sistema dühringiano” apresenta uma doutrina socialista como consequência prática de um sistema filosófico. A crítica ácida de Engels consistiu num compêndio de artigos

---

<sup>6</sup> Cf. Marx, K., e Engels, F., *A sagrada família* (1844 [2011]), em que os autores criticam a atitude contemplativa dos irmãos Bauer; cf. Marx K., *Miséria da filosofia* (1847 [2017]), em que Marx destina uma crítica à *Filosofia da miséria* de Proudhon, demonstrando a impregnação do arcabouço hegeliano na teoria proudhoniana; e cf. Marx, K., e Engels, F., *A ideologia alemã* (1846 [2007]), obra em que os autores formulam os problemas presentes em diversas teorias dos jovens hegelianos, com destaque para a crítica de Marx ao materialismo de Feuerbach.

<sup>7</sup> A sintética exposição do contexto em que Engels escreveu as duas obras que aqui serão analisadas foi retirada da Apresentação da *Dialética da natureza* (2020), escrita por Ricardo Musse, e da Apresentação do *Anti-Dühring* (2015), redigida por José Paulo Netto.

<sup>8</sup> Conforme aponta Musse (2020, p. 17), o principal biógrafo de Engels, Gustav Mayer, alega que o autor teria iniciado seus estudos sobre as ciências da natureza ainda em 1858.

publicados pela *Vorwärts* (Avante) de janeiro de 1877 a julho de 1878. A publicação do *Anti-Dühring*, em 1878, reúne esse material em três grandes blocos de artigos – nomeados como filosofia, economia política e socialismo.

No primeiro desses blocos (e também o mais polêmico), Engels utiliza boa parte do material que havia reunido para a *Dialética da natureza* – isso se deve ao fato de o “sistema dühringiano” estar fortemente relacionado com a filosofia da natureza. Em relação ao segundo e terceiro blocos, como corretamente observa Netto (2015, p. 12), não se registraram objeções de relevo ao pensamento de Engels. Marx inclusive redige por completo um artigo do segundo bloco<sup>9</sup>. Todo esse material revela o esforço de Engels em compreender a esfera da natureza a partir do materialismo histórico – temática que não foi abordada explicitamente por Marx. Entretanto, como bem é salientado por Netto (*ibid.*, p. 11): “deve-se recordar que Marx conheceu a íntegra do texto do livro de 1878, colaborou em sua redação e não manifestou reservas às reflexões de Engels no domínio do conhecimento da natureza e das ciências a ela referidas”.

O *Anti-Dühring* teve uma grande repercussão na formação dos intelectuais marxistas subsequentes, tornando-se, provavelmente, junto com *O Manifesto Comunista*, uma das mais difundidas apresentações do materialismo histórico. A boa recepção do texto motivou Engels a continuar seus trabalhos sobre a *Dialética da natureza* até 1883, ano da morte de Marx, a qual, como se sabe, deslocaria a prioridade de Engels. O autor viu-se na incumbência de organizar e sistematizar os manuscritos de Marx, além de garantir a publicação dos Livros II e III de *O capital*, em 1885 e 1894, respectivamente. Durante todo esse período, Engels ainda se manteve engajado em conduzir a luta internacional da classe trabalhadora, ofuscando o desenvolvimento de sua própria pesquisa. Engels morre em 1895, deixando claro seu compromisso em difundir e tornar prático o modo de investigação científica

---

<sup>9</sup> O artigo *Da história crítica*, apresentado na seção da “economia política”, foi escrito por Marx e revisado por Engels para o lançamento da terceira edição alemã de sua obra. Nele, Marx procura sobretudo ressaltar os problemas na formulação do valor dühringiano, demonstrando a superficialidade das formulações teóricas de William Petty e David Hume, que embasavam o discurso de Dühring.

inaugurado por Marx. Essas circunstâncias certamente contribuíram para que a primeira publicação parcialmente organizada dos manuscritos da *Dialética da natureza* somente tenha sido realizada postumamente, na União Soviética, em 1925.

As teses presentes em ambas as obras de Engels foram motivos de intensos debates teóricos e políticos no interior do marxismo, sobretudo após o início do século XX. Primeiramente, o corpo da Segunda Internacional absorveu e incorporou as teses de Engels de maneira expressiva aos seus postulados, porém com forte predominância dos influxos positivistas provenientes da atmosfera intelectual dominante da época. Como apontado pelo jovem Lukács, Kautsky e Bernstein provavelmente foram os principais responsáveis pela inflexão do processo de desenvolvimento da teoria marxista no interior dessa organização (LUKÁCS, 2003a, p. 21). Inclusive Bernstein teria, ainda em 1894, escrito um artigo sobre a terceira edição do *Anti-Dühring* no qual considerava a obra de Engels como “manual” ou “compêndio do socialismo” (GERRATANA, 1975, p. 150 *apud* Netto, 2015, p. 15).

Como reação à explícita vulgarização do marxismo no período da Primeira Guerra, que se expressa politicamente na aproximação da Segunda Internacional com o movimento da social-democracia, é oficializada, em 1919, a Terceira Internacional, da qual György Lukács se torna integrante. Esse contexto justifica as duras críticas presentes em HCC, que são dirigidas sobretudo ao mecanicismo da investigação científica constante na tradição marxista que se orientava pelo *Anti-Dühring*.

A publicação da *Dialética da natureza* e a conseqüente incorporação sistemática de algumas teses desse livro como um “conjunto de regras” pelo marxismo oficial da União Soviética, a partir de 1925, retomam o ímpeto manualesco observado no marxismo, “superado” na década antecedente. Principalmente após a morte de Lenin, observa-se que o Partido Bolchevique passa a exercer forte influência na condução da teoria marxista e, ao final dos anos 1920, a Terceira Internacional já havia se transformado em um mecanismo de propagação do emergente regime stalinista. Esse processo

daria origem ao marxismo-leninismo<sup>10</sup>, perspectiva “segundo a qual o marxismo constitui uma concepção de mundo cerrada, conclusa, suportada por um sistema de saber composto por uma teoria geral do ser (o materialismo dialético) e a sua especificação na aplicação à história (o materialismo histórico)” (NETTO, 2015, p. 13).

Essa posição dogmática em relação ao legado teórico de Marx e Engels é rebatida pelo chamado “marxismo ocidental”, principalmente após 1956, ano do “degelo” na URSS<sup>11</sup>. De fato, parte dessas críticas reivindicam um necessário afastamento das concepções de Engels em relação às de Marx. Por esse motivo, ainda se observa a existência de um debate não findado sobre o “método engelsiano”.

Esta sintética apresentação do problema permite reconhecer que, em torno das teses de Engels, existe um intrincado debate sobre a utilização do método materialista histórico para a compreensão da natureza (e é importante ressaltar que a vulgata stalinista tem como limite a inversão dessa compreensão, na medida em que as “leis da dialética” seriam capazes de atestar o funcionamento da própria história). Torna-se, assim, imprescindível reconhecer em que medida as interpretações da tradição orientadas pelos textos de Engels fazem jus ao argumento exposto pelo autor. Por isso, foram apresentados, na próxima seção, os principais elementos que alicerçam a formulação engelsiana sobre a dialética da natureza.

---

<sup>10</sup> Na *Ontologia*, Lukács evidencia o processo de marginalização das obras de Marx, Engels e Lenin através da condução da União Soviética por Stalin. Ele demonstra que, no início do embate contra Trotski, Stalin se apresenta como defensor da teoria leniniana e, em decorrência disso, lentamente o estudo das obras de Marx é colocado em segundo plano. No limite último, Lukács aponta que esse ostracismo reduz a filosofia oficial “aos comentários das publicações de Stalin” (LUKÁCS, 2012, p. 301-302). Isso resulta no surgimento do marxismo-leninismo, filosofia que buscou novamente legitimar um corolário lógico no interior da teoria marxista.

<sup>11</sup> Esse processo se refere à divulgação de um relatório secreto no XX Congresso do Partido, no qual foram expostos diversos problemas sobre a condução do socialismo soviético por Joseph Stalin. De acordo com Musse (2020, p. 24), a partir daí diversas críticas são escritas contra a concepção ideológica defendida pelo Estado soviético, e, como consequência, acabam por se dedicar também à refutação da dialética engelsiana: “Nessa série cabe destacar os artigos ‘Marxisme et Philosophie’ [‘Marxismo e Filosofia’], de Maurice Merleau-Ponty (em *Sens et non-sens*), e ‘Matérialisme et Révolution’ [‘Materialismo e Revolução’], de Jean-Paul Sartre (em *Situations III*), bem como os livros *O marxismo soviético*, de Herbert Marcuse; *Crítica da razão dialética*, de Sartre, e *Der Begriff de Natur in der Lehre von Marx* [O Conceito de Natureza na Doutrina de Marx], de Alfred Schmidt”.

## 2. A concepção de Engels do método dialético e a dialética da natureza

Em todo o *Anti-Dühring*, é possível apreender que o aspecto central da formulação de Engels se refere à incorreção em conferir o caráter de estaticidade aos objetos da natureza. Esse elemento estaria presente na teoria de Hegel, cuja natureza, por mais que admitisse emergências, não seria susceptível a um desenvolvimento histórico, já que este aspecto seria um atributo exclusivo da *Ideia*. Ao mesmo tempo, nos escritos de Engels, tornam-se perceptíveis diversos contrapontos críticos à metafísica de Comte, visto que a tradição comtiana tomava os “objetos fixos, imóveis, observados um após o outro, cada um em si mesmo, como seres permanentes” (MUSSE, 2020, p.18).

Engels argumenta que, para submeter a natureza ou a história humana à análise, seria preciso reconhecer que existe um entrelaçamento infinito de conexões, em que nada permanece como era e nem onde estava, em que tudo é dinâmico. Entretanto, o autor atenta para o fato de que é próprio da consciência apreender os objetos da natureza de maneira isolada e categorial, sendo essa a fonte primária do “saber cotidiano” ou “senso comum”. No entanto, isso não justificaria o fato de a investigação científica – e, em particular, o metafísico – manter-se no nível de abstração em que os objetos são imutáveis (ENGELS, 2015, p. 31).

Mesmo hoje, passados mais de 200 anos do nascimento de Engels, é evidente a atual relevância contida nas críticas realizadas às vertentes do pensamento filosófico supracitadas. O mais comum na investigação científica “moderna” (seja nas ciências naturais ou sociais) é a formulação de teses sobre a realidade que adotam procedimentos positivistas e epistêmicos ao mesmo tempo. Disso, denota-se que os fenômenos imediatos são tidos como autossuficientes para que se realize qualquer tipo de formulação ou constatação sobre a realidade. Esta apreensão, para converter-se em teoria (e não em mero registro factual), tem de ser generalizada sob a forma de leis abstratas, que são retroativamente transpostas ao real, leis que se autonomizam e condicionam o próprio modo de ser das coisas – caracterizando

uma espécie de “epistemologização” da realidade. Por isso, não é sem nenhum respaldo que essa forma de reificação presente na ciência vem sendo combatida por toda uma tradição de marxistas empenhados em resgatar e explicitar o fundamento ontológico do método adequado à investigação<sup>12</sup>.

Voltemos à problemática abordada por Engels. O sistema dialético idealista de Hegel irradiava suas tendências fortemente dentro do próprio ideário marxista do período. Era comum, por exemplo, que as críticas ao modo de produção capitalista (como a de Dühring) compreendessem as leis regentes da sociabilidade como produtos autônomos do pensamento, descoladas das condições objetivas. Em seu contraponto crítico, Engels, primeiramente, busca demonstrar como ocorre o procedimento mais corriqueiro de apreensão da realidade. Segundo o autor, as leis abstraídas dos objetos são separadas deles e reaplicadas de maneira independente nos mais diversos campos da investigação. Mesmo que isso confira certo caráter de autonomia a essas leis, torna-se imprescindível compreender que as “leis emprestadas”<sup>13</sup> da realidade partem precisamente do mundo (externo), e não da espontaneidade do pensar (ENGELS, 2015, p. 42). Nota-se, portanto, que essa forma lógico-gnosiológica de apreensão dos objetos e processos do real é condicionada por leis estabelecidas *a priori* – contrariando os fundamentos do procedimento marxiano.

---

<sup>12</sup> De fato, tanto Engels como Lukács podem ser destacados pelo compromisso em esclarecer a problemática em torno desta questão. Certamente, uma elaboração primorosa sobre esse tema pode ser encontrada no trabalho da maturidade de Lukács (2012; 2013); podemos citar também as obras de Roy Bhaskar, *The possibility of naturalism* (1979 [1998]) e *A realist theory of Science* (1975 [2008]). Um estudo contemporâneo sobre os problemas mais recentes desencadeados pela sucessiva desmoralização do discurso científico, culminando na proliferação das teorias pós-modernas (inclusive por autores pertencentes à tradição marxista), pode ainda ser encontrado no texto *Do tsunami antirrealista ao irracionalismo: sobre as raízes da atual crise da razão* (MEDEIROS, 2020).

<sup>13</sup> Tal posicionamento de Engels pode ser ilustrado por um comentário seu sobre a utilização da matemática: “O objeto da matemática pura são as formas espaciais e as relações quantitativas do mundo real, ou seja, uma substância muito real. O fato de essa substância manifestar-se numa forma sumamente abstrata consegue encobrir apenas superficialmente a sua origem no mundo exterior. [...] Como todas as demais ciências, a matemática se originou das precisões humanas: da medição da terra e do conteúdo de recipientes, da contagem do tempo e da mecânica. Porém, como ocorre em todos os campos do pensamento, num certo estágio do desenvolvimento, as leis abstraídas do mundo real são separadas do mundo real, são postas diante dele como algo autônomo, como leis que vêm de fora, pelas quais o mundo deve orientar-se” (ENGELS, 2015, p. 42).

Some-se a isso o fato de que, para Engels, a relação entre filosofia, natureza e história, na teoria de Hegel, exibiria uma contradição insolúvel entre sistema e método. Hegel teria, por um lado, considerado a história como um processo de desenvolvimento que por si mesmo não poderia ter um fim determinado, ao mesmo tempo que busca compreender as distintas instâncias do ser no interior de um sistema universal e fechado, que seria capaz de cessar a processualidade desses complexos de maneira definitiva. O procedimento hegeliano, como mencionado, era visivelmente replicado na teoria de Dühring. Tal imprecisão justifica o fato de ambos os autores terem caído no equívoco filosófico de derivar o *ser* (devir) a partir do *nada* (onde ocorre ausência absoluta de mudança), permitindo, a partir disso, uma indevida derivação teológica de todo um sistema abstrato. Como bem sintetiza Sartori, a partir da concepção de Engels, é possível inferir que

as “leis da dialética” seriam incompatíveis com o procedimento hegeliano, marcado, ao mesmo tempo, pela ênfase no devir – que advém da dialética entre ser (*Sein*) e nada (*Nichts*) no autor da *Ciência da lógica* –, no movimento, e por uma filosofia sistemática (“um sistema universal e compacto”) que se conforma como “resumo e compêndio” de “verdades absolutas” (SARTORI, 2015, p. 125).

O ponto de Engels, portanto, é que o *movimento* representa o modo de existir da matéria. Esta cinesia estaria presente na natureza (orgânica e inorgânica), na história e no pensamento do ser social. Ao evidenciar a existência de um movimento histórico e processual próprio dos objetos que compõem a realidade, Engels revela a impossibilidade de se atingir um conhecimento definitivo e imutável sobre os complexos que compõem a vida social, mas não elimina a existência de verdades absolutas. Para Engels, uma verdade absoluta é “independente do tempo, do espaço e do desenvolvimento histórico humano, o momento e o lugar de sua descoberta é puramente casual”, sendo que o método materialista desempenharia o papel de “certificar” a objetividade dessas verdades (ENGELS, 2015, p. 30). Como esclarece Eagleton (2016, p. 131), “se uma declaração é verdadeira, então o oposto dela não pode ser verdadeiro ao mesmo tempo, ou de algum ponto de vista”. Nessa

perspectiva, a questão salientada por Engels são os limites e as contradições que emergem ao se adotar uma postura inflexível em relação à compreensão da realidade. Como aponta o autor: “um sistema de conhecimento da natureza e da história que abrange tudo e que *finaliza tudo de uma vez por todas* está em contradição com as leis básicas do pensamento dialético” (ENGELS, 2015, p. 32, *ênfases adicionadas*).

Nesse sentido, a demonstração crítica de Engels sobre a falibilidade deste tipo de apreensão cerrada é apresentada para as três esferas da investigação científica: para a natureza inanimada, para as ciências dos organismos vivos e para a sociedade. O autor conclui que mesmo o conhecimento sobre a natureza inanimada (que comporta as chamadas ciências exatas) deve ser avaliado de maneira relativa, pois a história mostra que, inclusive nesse campo, existe uma trajetória teórica de superação e descoberta de novas determinações contidas nos próprios sistemas, que até então eram considerados estabelecidos/finados (*ibid.*, p. 62-63).

A crítica ao sectarismo presente na compreensão da esfera orgânica pode ser ilustrada a partir da “Introdução histórica” da *Dialética da natureza*. Engels destaca que o desenvolvimento do conhecimento sobre a natureza inanimada antecede o conhecimento sobre a formação dos organismos vivos, citando como referências da primeira área os trabalhos de Johannes Kepler, Galileu Galilei, até os desenvolvimentos das teses de Isaac Newton. Nesse período de desenvolvimento do conhecimento é instituída a ideia de imutabilidade absoluta da natureza – premissa que teria sido transplantada inclusive ao materialismo francês (ENGELS, 2020, p. 44). O desenvolvimento científico chega até a esfera da natureza orgânica, entretanto ele se defronta com uma rigidez metodológica incapaz de abarcar as descobertas realizadas em alguns ramos dessa ciência, como o da paleontologia e da geologia. É somente com Darwin<sup>14</sup>, em 1859, segundo Engels, que toma forma

<sup>14</sup> Inclusive, no *Anti-Dühring*, utilizando conhecimentos adquiridos pela teoria de Darwin, Engels reitera uma das críticas direcionadas ao posicionamento de Dühring. Para este, a adaptação das espécies seria causada por representações conscientes e intencionais passadas à atividade finalista. Engels reforça o caráter equivocado da formulação do autor, pois considerar a natureza como possuidora de uma consciência de si seria aceitar o caráter divino do devir (ENGELS, 2015, p. 56).

definitiva o caráter de incompatibilidade entre o conhecimento da natureza e a rigidez do ser pré-estabelecida pela investigação científica. Assim, a princípio, a ciência natural seria revolucionária, mas se depara com uma tradição essencialmente conservadora em relação à natureza. Por esse motivo, Engels não deixa de reconhecer que a “visão conservadora da natureza é sintomática tanto no campo inorgânico quanto no orgânico” (*ibid.*, p. 34).

Para o terceiro grupo, o das “ciências históricas”, operar apenas a partir de verdades absolutas seria ainda mais incompatível com a realidade. Engels argumenta que o mais comum é compreender de maneira objetiva “o nexo interno entre as formas de existência sociais e políticas de certa época”, apenas quando essas formas já estão em decadência (ENGELS, 2015, p. 63). Por isso, nesse campo, o conhecimento seria limitado a um vislumbre de certas formas de sociedade, que seriam “transitórias por natureza e existentes apenas num dado tempo e para certos povos” (*ibid.*).

É importante afastar qualquer interpretação relativista que se faça dessa postura de Engels. O autor não reivindica a existência de diversas “verdades” em disputa que são capazes de explicar dado contexto sócio-político, e tampouco declara a incapacidade de se apreender a realidade histórica de maneira objetiva. O que Engels procura ressaltar é o equívoco estabelecido ao se propor uma teoria da história universal, que projete determinações de uma sociedade além de sua circunscrição histórico-geográfica. Ou seja, consistiria num enorme mal-entendido, por exemplo, conferir caráter absoluto às legalidades específicas do modo de produção feudal e procurar, a partir disso, compreender plenamente a dinâmica capitalista (ou de qualquer outro modo de produção).

Fica evidente, após esta análise da exposição de Engels, as contradições que se apresentam ao determinar os objetos que são submetidos à investigação científica *somente* a partir de verdades absolutas. O fato é que, ao mesmo tempo que se contrapõe à investigação científica orientada por essa perspectiva, Engels parece compelido a sistematizar seu argumento através das “leis da dialética”, conferindo a elas validade universal. No entanto, isso

não se apresenta como uma contradição *de facto* no argumento do autor. As leis da dialética evidenciadas nas obras de Engels pretendem capturar formas concretas e específicas de processualidade que são apresentadas pelos objetos constituintes das esferas da natureza e da sociedade. Deste modo, fica nítido que as leis a serem apreendidas pelo pensamento são concretas e determinadas pelo modo de ser próprio dos objetos que compõem a realidade. De todo modo, na quarta seção deste texto, com base na exposição da *Ontologia* de Lukács, são indicados alguns problemas efetivos decorrentes deste aspecto de generalização/universalização das leis.

Essas leis mais gerais seriam: (1) a lei da conversão de quantidade em qualidade e vice-versa; (2) a lei da interpenetração dos opostos; e (3) a lei da negação da negação. Engels esclarece que as três formas foram desenvolvidas por Hegel como “simples leis do pensamento”. O salto qualitativo para a verdadeira validação das leis da dialética dependeria do afastamento da formulação gnosiológica hegeliana, reconhecendo que elas partem precisamente do concreto, sendo, portanto, deduzidas deste, e não produtos autônomos da consciência. Assim, o sentido efetivo da dialética seria estabelecido através da inversão dessa visão idealisticamente deformada formulada por Hegel (ENGELS, 2020, p. III).

Sartori (2015) argumenta que a entonação presente nos textos de Engels permite uma interpretação que indique a autossuficiência da aplicação das leis da dialética ao objeto investigado como forma de se obter uma explicação efetiva sobre a realidade. O autor salienta que, ao contrário do que se verifica em Marx – em que a abordagem é imanente –, nas obras de Engels percebe-se a formulação de um aparato de natureza epistemológica como suficiente para fundamentar uma autêntica apreensão da realidade. Portanto, o caráter de dissociação entre método e objeto, que poderia ser observado nas obras do autor, legitimaria “a leitura segundo a qual haveria certo ímpeto, ao mesmo tempo, gnosiológico e logicista no modo de apreensão do real de Friedrich Engels” (SARTORI, 2015, p. 126).

Aqui se defende um ponto de vista mais tolerante com as reflexões de Engels. A incorreta dissociação entre método e realidade, que certamente foi realizada por alguns intérpretes do marxismo mencionados anteriormente, não se relaciona diretamente ao argumento desenvolvido por Engels, na medida em que se observa que o autor jamais defendeu a existência de conceitos privados de referentes. A interpretação deformada que se realizou subsequentemente no interior da tradição marxista se justifica sobretudo pelo avanço do positivismo como forma válida de cientificidade e pela falta de compreensão de aspectos essenciais da teoria social de Marx. Ressalta-se, contudo, que isso não torna as leis da dialética de Engels necessariamente livres de problemas (é o que veremos posteriormente ao analisar a crítica de Lukács à lei da negação da negação, por exemplo); apenas as torna livres dos problemas originados pelo uso distorcido que delas fizeram seus pretensos seguidores.

De fato, o expressivo debate existente em torno das teses de Engels adquire maior expressão sobretudo pelas ocasiões em que seu argumento foi transposto de maneira mecânica a fim de respaldar procedimentos lógico-formais através de uma perspectiva marxista. Como mencionado, essa espécie de delimitação da dialética passa a embasar as ações partidárias da União Soviética expressivamente a partir do final da década de 1920. Entretanto, ainda em 1923, foi certamente o jovem Lukács o primeiro autor a dirigir uma dura crítica à teoria de Engels. É importante ressaltar que, ao escrever HCC, Lukács ainda não tinha acesso aos escritos da *Dialética da natureza*, portanto suas críticas se limitam ao *Anti-Dühring*.

### **3. A crítica do jovem Lukács ao *Anti-Dühring* e à Segunda Internacional**

Analisando o argumento crítico desenvolvido pelo jovem Lukács, é possível iluminar os aspectos que diferenciam a perspectiva metodológica adotada pelo autor em relação às reflexões de Engels. É sabido que, em HCC, Lukács acusa a Segunda Internacional por ter incorporado premissas

positivistas ao marxismo e por ter negligenciado a necessária vinculação entre método e prática social. Por esse motivo, os autores dessa tradição estariam, em última instância, realizando uma análise puramente contemplativa, típica da ciência burguesa – o que contribuiria para a cristalização de relações reificadas dentro da ciência, e, de maneira mais grave, dentro do próprio marxismo.

Para o jovem Lukács, na medida em que Engels e os marxistas sucessores exaltaram as questões teóricas relativas ao método, mas desvalorizaram o aspecto prático dessas teorias para a classe trabalhadora, acabaram contribuindo para omitir o papel transformador e revolucionário do método de Marx, extinguindo qualquer possibilidade de afirmação objetiva capaz de superar as determinações presentes no modo de produção capitalista. Como assinalado resumidamente por Lukács:

Quando os marxistas vulgares rompem essa unidade [entre teoria e prática revolucionária], cortam o nervo que liga a teoria proletária à ação proletária numa unidade. Reduzem a teoria ao tratamento “científico” dos *sintomas* do desenvolvimento social e fazem da práxis uma engrenagem fixa e sem objetivo dos acontecimentos de um processo que renunciam dominar metodicamente pelo pensamento (LUKÁCS, 2003, p. 172, *ênfase adicionada*).

Lukács reconhece que o *Anti-Dühring* teria se oposto à conceitualização metafísica, contribuindo para dissolver a rigidez dos conceitos e dos objetos que lhe correspondiam. Assim, a dialética foi conceituada por Engels como um processo fluido de passagem de uma determinação para outra, que ocorreria de maneira incessante. Ela poderia ser caracterizada por uma permanente superação dos contrários, onde “a causalidade unilateral e rígida deve ser substituída pela ação recíproca” (LUKÁCS, 2003, p. 67). O cerne do problema da teoria de Engels estaria justamente no fato de que a relação dialética entre sujeito e objeto (através da práxis) no processo de desenvolvimento histórico não é sequer mencionada – esse aspecto, para o jovem Lukács, deveria ser o centro de qualquer consideração metodológica

autenticamente marxista<sup>15</sup>. Por isso, o método dialético deveria ter como preocupação central a transformação da realidade. Negligenciar essa função central da teoria, tão evidente nas obras de Marx, indicaria uma interpretação problemática sobre a dialética, em que ela estaria sendo concebida como um recurso meramente escolástico (*ibid.*, p. 67-68).

Analisando o argumento de HCC, é possível indicar outro elemento que se contrapõe essencialmente à formulação de Engels. Lukács afirma que a dialética em Marx corresponde à essência do processo histórico, sendo a história humana a única passível de apreensão dialética. Por esse motivo, qualquer desenvolvimento do conhecimento sobre a natureza estabelecido em sociedade prescindiria da dialética, que, portanto, seria apropriada apenas para expressar a historicidade das relações sociais (*ibid.*, p. 408). Em síntese: a dialética marxiana para o jovem Lukács deriva e está em unidade com a práxis, por isso ela se refere à unidade entre experiência e pensamento (MUSSE, 2005, p. 386). Dessa forma, a formulação sobre uma dialética da natureza não poderia ter analogia na formulação desenvolvida por Marx<sup>16</sup>. Isso seria suficiente para invalidar qualquer procedimento que procurasse esclarecer um fato histórico partindo de leis generalizantes da dialética (como foi o caso da teoria apresentada primeiramente por Bernstein e, posteriormente, pelo marxismo-leninismo).

---

<sup>15</sup> Sinteticamente, podemos indicar que a identidade entre sujeito e objeto é uma máxima resgatada da filosofia hegeliana muito utilizada para a estruturação dos argumentos de HCC. Posteriormente, contudo, Lukács reconhece que essa determinação se trata de um “mito filosófico”, capaz de deturpar o ser e a sua imagem de diversas maneiras (LUKÁCS, 2012, p. 204). De fato, as autocríticas de Lukács a diversos elementos fundamentais de sua obra da juventude têm início ainda na década de 1930. Nesse sentido, cabe destacar um posfácio escrito para HCC no ano de 1967 (conhecido como *Prefácio de 1967*). Nele, Lukács consolida pontos importantes de sua autocrítica, onde avalia que parte dos argumentos de HCC continham um caráter experimental e, portanto, irradiavam tendências idealistas e messiânicas (LUKÁCS, 2003a).

<sup>16</sup> Tal perspectiva pode ainda ser encontrada em textos mais recentes, como é o caso do *Marxismo contra Positivismo* (2018), de Michael Löwy. Ancorado no texto da juventude de Lukács, Löwy argumenta que “as ciências exatas e da natureza” seriam autônomas, isto é, a prática nesse domínio científico teria autonomia com relação “à estrutura social, às condições históricas” (LÖWY, 2018, p. 35). Para o autor “a descoberta do oxigênio”, por exemplo, não teria nenhuma relação epistemológica com as lutas e os interesses de classe (*ibid.*). O fato é que, como indicado, o próprio Lukács reconhece na maturidade os problemas de se negligenciar a inter-relação entre a sociedade e a natureza, sendo impossível compreender adequadamente o complexo da natureza tão somente pela filosofia positivista. Além disso, o próprio Engels, como observamos na *Dialética da natureza*, já havia ressaltado que o desenvolvimento das ciências da natureza condiciona e é condicionado pela estrutura social.

Para o Lukács de HCC os objetos da natureza teriam, portanto, movimentos objetivos, desprovidos das características que permitiriam caracterizá-los como dialéticos. Porém, o próprio autor reconhece no *Prefácio de 1967* que, na obra da juventude, teria considerado erroneamente a natureza, em diversas passagens, como uma categoria social (LUKÁCS, 2003a, p. 14). O fato é que Lukács passa a reivindicar a validade da dialética da natureza, e, nos dois volumes de *Para uma ontologia do ser social*, nos apresenta uma primorosa fundamentação das categorias que compõem o método dialético. Coutinho (1996, p.18) destaca que, na *Ontologia*, Lukács procura contrapor ferrenhamente todo o epistemologismo das correntes neopositivistas e também os desenvolvimentos problemáticos que se apresentavam sob a imagem do marxismo. Assim, a “descoberta” da ontologia estabelece a posição de Lukács no interior do marxismo e no debate filosófico de seu tempo, além de representar a resolução de uma série de contradições referentes à teoria e à prática apresentadas em seus textos da juventude.

#### **4. Os determinantes que fundamentam a dialética apresentados na *Ontologia***

De fato, a obra da maturidade de Lukács, além de oferecer elementos auto-críticos às questões problemáticas apresentadas em HCC, representa o ponto máximo da compreensão do húngaro sobre os fundamentos que compõem o procedimento marxiano e sobre a relevância desses determinantes para a compreensão da realidade como um todo. Lukács busca demonstrar que a teoria social de Marx se sustenta em “princípios ontológicos gerais”, ou seja, determinações universais da realidade social reconhecidas por uma análise teórica que procura zelosamente orientar-se ao ser em si. Na *Ontologia*, portanto, a noção de objetividade desenvolvida por Marx é recuperada e esclarecida, além de ser diretamente utilizada como meio para desvendar a dialética das esferas inorgânica, orgânica e social (OLDRINI, 2017, p. 286-287). Por esse motivo, a obra madura de Lukács pode ser considerada – em alusão a HCC – como “uma crítica a Lukács a partir de Marx,

gerada pela inspiração ou a própria mediação do último Lukács” (CHASIN, 2009, p. 203).

Há muitos momentos da volumosa *Ontologia* nos quais Lukács discorre, com maior ou menor sistematicidade, sobre o método da crítica da Economia Política de Marx, sua respectiva fundamentação ontológica, e também sobre a pertinência de se compreender adequadamente os processos específicos que se apresentam nas distintas esferas da realidade. Mais especificamente no terceiro capítulo do primeiro volume – capítulo dedicado à filosofia de Hegel –, torna-se visível o esforço de Lukács em evidenciar, por um lado, as principais antinomias presentes na formulação da dialética hegeliana e, por outro, “apresentar também os fundamentos e princípios ontológicos de sua dialética em suas conexões essenciais” (LUKÁCS, 2012, p. 232). Lukács anuncia que esse resgate crítico é necessário para restabelecer o sentido original das obras de Marx a partir de “uma ontologia fundada e fundante, que encontre na realidade objetiva da natureza a base real do ser social e seja, ao mesmo tempo, capaz de apresentar o ser social em sua simultânea identidade e diferença com a ontologia da natureza” (*ibid.*).

Um dos trechos que exemplifica a fecunda – e já mencionada – compreensão de Lukács dos processos dialéticos e suas particularidades nas esferas da natureza e da sociedade é aquele em que o autor examina com muito zelo as categorias da *negação* e da *negação da negação* enquanto momentos reais do movimento dialético dos complexos, abrigo a primeira categoria (ainda que de modo crítico) no interior da sua filosofia, mas não a segunda. Nessa análise, Lukács tem como referentes críticos não somente a *Lógica* de Hegel, mas também o *Anti-Dühring* de Engels. Passemos ao argumento de Lukács.

O autor concorda que a negação, quando generalizada, possui validade em termos lógicos e gnosiológicos<sup>17</sup>, mas se torna incompatível pelo prisma

---

<sup>17</sup> É importante afastar uma compreensão problemática desse aspecto. Como salienta Medeiros (2015, p. 7), mesmo quando caracteriza a negação em termos lógicos, Lukács não a considera como simples oposto da determinação, na medida em que a simples negação de uma sentença não pode revelar qual seria a determinação real oposta.

ontológico. Analisando a dedução lógica do devir realizada por Hegel, Lukács indica o equívoco – já evidenciado por Marx e por Engels – em se considerar que a partir do nada seria possível surgir outro ser (*ibid.*, p. 214-215). Ou seja, o ato de negar o nada (a negação da negação), em termos lógicos, validaria o devir, porém, ontologicamente, não seria plausível derivar algo a partir do nada. Logo, na linguagem da lógica ou da teoria do conhecimento, as diferenças resultantes desse processo poderiam ser abordadas a partir da negação da negação. Seguiria sendo impossível, no entanto, trazer ao mundo algo a partir da negação de um inexistente.

Como forma de esclarecer sua compreensão sobre a negação, Lukács apresenta um problema que exemplifica a inadequação da redução à lógica de categorias e relações ontológicas, resgatando uma célebre passagem do *Anti-Dühring*. A passagem mencionada refere-se à utilização da negação para caracterizar o surgimento de uma planta de cevada a partir (da “negação”) de seu grão

A partir do exemplo de Engels, Lukács argumenta que existem inúmeros momentos da realidade em que o grão de cevada é destruído (seja por meio da trituração para fazer bebidas, pela ingestão, pela germinação etc.). Essa seria a expressão ontologicamente correta para o termo negação, mas isso não esclarece muito sobre o ser em processo. Assim, para Lukács, o que deveria ter sido ressaltado pelo autor do *Anti-Dühring* é que somente em um determinado caso concreto surge o “ser-outro biologicamente normal” (a planta), tendo em vista a infinidade de momentos em que o processo “normal” do grão seria radicalmente cessado. Portanto, o enquadramento lógico do devir através da categoria da negação apenas contribui para obscurecer o processo dialético-real (LUKÁCS, 2012, p. 216).

Para Lukács, na natureza inorgânica, por exemplo, não haveria nenhuma negação, mas somente uma série de transformações de um *ser-assim* em um *ser-outro*, em que todo elemento analisado possui um *ser-outro*, e ao mesmo tempo é um *ser para outro*. O autor percebe, portanto, que, na esfera da natureza, o tornar-se outro dos objetos e processos que a compõem *nunca*

altera radicalmente o modo fundamental de ser desses processos e objetos e, por isso, seria incorreto operar com a categoria da negação como forma de compreender os processos dialéticos que caracterizam a emergência de novas formas de ser no plano ontológico desta esfera (*ibid.*, p. 217).

No plano ontológico, e já considerando a esfera da natureza orgânica, o tornar-se outro consistiria numa subversão apenas no caso da morte do ser vivo, ou seja, no momento em que cessasse seu processo biológico normal. Esse seria, com efeito, o único caso em que a negação se realizaria sem um sujeito. Logo, com esse exemplo, Lukács busca demonstrar que o problema do uso da negação estaria em sua generalização, porque essa categoria só seria ontologicamente pertinente ao tratar regularmente das determinações da sociedade<sup>18</sup>.

Assim, o ponto mais importante do argumento de Lukács sobre a negação pode ser inferido na seguinte passagem: “as negações que encontramos no âmbito do ser social revelam-se não apenas ligadas ontologicamente a sujeitos, mas seu modo essencial de ser se origina do fato de que toda atividade humano-social procede necessariamente de alternativas, pressupõe uma escolha, uma decisão específica” (LUKÁCS, 2012, p. 218). Isso evidencia que a alternativa posta pelo trabalho envolve necessariamente negação ou afirmação de possibilidades contidas no mundo objetivo, sendo que a escolha entre as alternativas não pode prescindir de um conhecimento minimamente objetivo das propriedades pertencentes aos objetos.

---

<sup>18</sup> Acerca disso, convém reforçar de modo mais extenso o argumento de Lukács contido em um trecho do segundo volume da *Ontologia*: “Por outro lado, igualmente jamais se deve esquecer que cada uma de tais reações de um homem ao seu entorno social (incluindo o metabolismo da sociedade com a natureza) sempre terá um caráter alternativo, sempre abrange irrevogavelmente um sim ou um não (ou uma ‘abstenção do voto’) à pergunta posta pela sociedade. Lembramos aqui, quanto a isso, exposições anteriores em que se mostrou que conceber a negação como fator ontológico geral é totalmente absurdo. A natureza inorgânica possui tão somente um tornar-se outro, sendo que até mesmo os componentes, objetos, processos que contrastam do modo mais extremo, só podem ser designados como positivos ou negativos de forma totalmente arbitrária. Em termos puramente objetivos, visto puramente como processo natural, na natureza orgânica há vida e morte, sendo que esta última até pode ser interpretada ontologicamente como negação da primeira, mas só quando não se usa isso para tentar obscurecer, mediante a introdução por contrabando de categorias que não existem aí, a objetividade ‘muda’ e pura do processo natural, que produz ambas pela mesma necessidade” (LUKÁCS, 2013, p. 287).

Por conseguinte, como evidencia Medeiros (2015, p. 8), a categoria da negação, para Lukács, está indissolivelmente ligada à práxis teleológica, sendo necessário reconhecer que, “ontologicamente, a negação só pode ser enunciada, ao menos neste enquadramento teórico, com base na possibilidade”. Vejamos como Lukács conclui seu argumento sobre a validade da negação enquanto momento essencial da formação do ser social:

Isso significa, em primeiro lugar, que a negação enquanto importante instrumento intelectual da práxis humana surge da inter-relação desta com a realidade objetiva; em segundo, que ela é um espelhamento da realidade indissolivelmente ligado à práxis e, por conseguinte, aos seus pressupostos naturais objetivos, um espelhamento que, embora indispensável para transformá-la, não é todavia uma categoria da realidade não social, ontologicamente existente em si. O meio homogêneo, no qual surgem a afirmação e a negação, é uma das mais importantes condições metodológicas para que um espelhamento da realidade existente em si resulte correto e com perspectiva de ser bem-sucedido (LUKÁCS, 2012, p. 219).

O itinerário que se segue, na exposição da *Ontologia* aqui tangenciada, é essencial para a compreensão da dinâmica específica assumida em cada forma de ser. De início, assim como pôde ser percebido nas obras de Engels, Lukács realiza um pertinente resgate da processualidade, assumindo que essa categoria possui papel central na ontologia. O autor argumenta que, considerando as novas descobertas científicas das ciências naturais, as experiências históricas que alteraram decisivamente as estruturas sociais etc., seria necessário compreender que o “domínio absoluto da objetividade” não se apresenta de maneira estática (*ibid.*, p. 234-235). Contudo, Lukács reconhece que mesmo diante de magníficos avanços no campo da investigação filosófica – desde pelo menos a concepção sobre a processualidade formulada por Heráclito – “a imagem do mundo se manteve estática em sua totalidade, orientada para a substancialidade e a coisidade e não para a processualidade universal” (*ibid.*, p. 236). Deste modo, o autor argumenta que é preciso compreender que a realidade, em um sentido ontológico, “não pode deixar de ser o resultado de um processo, disso se segue necessariamente

que esse ‘resultado’ só pode ser compreendido adequadamente através desse processo, isto é, através da sua gênese” (*ibid.*, p. 239).

Analisando a filosofia hegeliana, Lukács evidencia que, por um lado, é nítido que Hegel assume uma postura em que a realidade é concebida como uma totalidade de complexos, que constituem em si mesmo totalidades dinâmicas. Neste sentido, a dialética hegeliana “consiste na gênese real e na auto-explicação, interação e síntese reais desses complexos” (*ibid.*, p. 242). Por outro lado, o autor da *Lógica* compreende a síntese concreta dos movimentos reais desses complexos, paradoxalmente, através do conceito – antinomia derivada da transformação do objeto em sujeito. Portanto, segundo Lukács, a teoria do conceito de Hegel não poderia se referir diretamente aos processos concretos. Ela consistiria na “teoria referente ao sujeito pensante, o lado gnosiológico desses complexos objetivos totais concretos, o instrumento intelectual que os torna apreensíveis em termos filosófico-científicos” (*ibid.*, p. 244). Mas Lukács não deixa de reconhecer que as descobertas frutíferas de Hegel só se apresentam por estarem diretamente relacionadas a encadeamentos verdadeiramente ontológicos (*ibid.*, p. 246).

Deste modo, o procedimento crítico realizado por Lukács intenta resgatar desta espécie de hipostasia as determinações reflexionantes (ou determinações de reflexão) apresentadas por Hegel, como forma de compreender objetivamente os processos dialéticos que se apresentam na realidade, em suas generalidades e particularidades. Essas determinações são formuladas por Hegel, de imediato, em termos gnosiológicos. Porém, Lukács salienta que o núcleo ontológico das categorias que compõem as determinações reflexionantes contém os fundamentos que explicitam tanto a estrutura dinâmica da realidade, independentemente da consciência, como os “seus diversos espelhamentos na consciência subjetiva” (*ibid.*, p. 246). Em suma: Lukács procura afastar o aspecto gnosiológico das categorias da filosofia hegeliana e, para isso, esforça-se no sentido de fundamentá-las ontologicamente. Passemos à exposição dos principais pontos dessa formulação lukácsiana, que, como foi indicado, nos oferece uma pertinente compreensão dos movimentos dialéticos concretos.

Primeiramente, Lukács busca encontrar uma solução ontológica para o procedimento hegeliano que aparece nas categorias do entendimento e da razão<sup>19</sup>. Em termos sintéticos, pode-se perceber que, afastadas de sua forma gnosiológica, essas categorias se aproximam, por mimese, à aparência e à essência. Ou seja, é percebido por Lukács que essa determinação reflexionante “constitui o fundamento ontológico do caminho gnosiológico que vai do entendimento à razão” (*ibid.*, p. 253). Para Lukács, a dialética do real (que foi formulada em termos da razão por Hegel) se refere a momentos da realidade que são “simultânea e indissolúvelmente independentes e vinculados”, onde nenhum desses aspectos pode possuir um significado absoluto, isto é, não pode excluir o seu contrário. As determinações reflexionantes que expressam as relações que compõem a base de qualquer complexo real seriam, portanto, essência, aparência e fenômeno, convertendo-se ininterruptamente um no outro. De fato, Lukács demonstra, parafraseando Hegel, que “todo fenômeno é essência que aparece, toda essência aparece de algum modo”. Isso ainda denota que a relação dinâmica entre esses complexos está “no mesmo nível de realidade que os objetos em sentido estrito” (*ibid.*, p. 254).

Outro determinante resgatado na *Ontologia* é o par “imediatidade-mediação”. Lukács demonstra que Hegel afirma que a imediatidade e a mediação devem ser buscadas na consciência. No entanto, como expõe Lukács, isso seria válido somente para a imediatidade, pois nem na natureza nem na sociedade pode existir um objeto que não seja mediato, isto é, que não seja o resultado de mediações. Desta maneira, a mediação, por ser uma categoria objetiva, tem “de estar presente em qualquer realidade, independentemente do sujeito” (*ibid.*, p. 259). Já a imediatidade estaria ligada à consciência, pois cabe a esta tomar como imediatidade eventos desencadeados por e em determinadas situações objetivas. Lukács esclarece que todos os processos de mediação existem em

---

<sup>19</sup> Como expõe Lukács, essa determinação de reflexão formulada por Hegel é pertinente ao criar “a base para o conhecimento de uma realidade complexa, fundada sobre a totalidade, dinamicamente contraditória, em face da qual havia fracassado a teoria do conhecimento dos séculos XVIII e XIX. [...] De fato, tal como o exige o método da fenomenologia hegeliana, a marcha gnosiológica – a conquista do mundo em geral pelo pensamento e, portanto, também a que vai do entendimento à razão – corre paralelamente a um modo imediato de manifestação da realidade na direção de sua essência” (LUKÁCS, 2012, p. 249-250).

sua forma imediata, mesmo sem serem captados por uma consciência, porém isso não possui “nenhuma significação ontológica para o processo em si” (*ibid.*, p. 260). Portanto, é somente na esfera social que a imediatidade e as mediações se separam e se unificam, apresentando-se como determinações reflexionantes ontológicas características do ser social (*ibid.*).

Lukács também adverte que é necessário tratar das categorias da modalidade, se referindo à necessidade, à possibilidade e à casualidade. O autor reconhece que, do ponto de vista lógico e gnosiológico, a necessidade se estabelece como ponto culminante da análise modal, porém, no plano ontológico, todas as determinações modais, incluindo a necessidade, devem estar subordinadas à totalidade (*ibid.*, p. 264). Nesse tocante, como expõe Fortes, o objetivo de Lukács é confrontar todas as postulações que compreendem a necessidade como uma categoria que subordina e direciona a dinâmica social de forma rígida e, “ao mesmo tempo, se posicionar contra a existência de uma teleologia na história, tal como assevera a filosofia hegeliana” (FORTES, 2007, p. 06).

Sobre a casualidade, Lukács ressalta que uma sequência causal isolada pode muito bem ser determinada por uma rigorosa causalidade, entretanto, na realidade, ela pode se desenrolar “dentro de um complexo em que justamente o nexos do evento em questão é determinado pela casualidade” (LUKÁCS, 2012, p. 267)<sup>20</sup>. A partir disso, Lukács deriva duas implicações relevantes. A primeira seria o fato de que a casualidade surge apenas no “quadro do complexo concreto”; a segunda implicação devém do fato de que o casual surge precisamente “de séries de determinações internas”, reconhecendo que os elementos de casualidade se manifestam pela inter-relação de complexos causais singulares. Tal constatação permite a Lukács compreender o irrevogável entrelaçamento entre acaso e necessidade. Essa determinação reflexionante, segundo o autor, “se impõe no ser-propriadamente-assim de toda e qualquer realidade” (*ibid.*, p. 268).

Por fim, o autor aborda a categoria da possibilidade em sua relação de reflexão com a realidade. Lukács reconhece o acerto de Hegel em tomar a

possibilidade como algo realmente existente, de modo que ela “só permanece possibilidade em relação a uma outra realidade”, mas aponta que o autor da *Fenomenologia do espírito* não chegou a retratar que o caráter de possibilidade da propriedade é uma determinação do ser em si (*ibid.*, p. 268-269). Como argumenta Medeiros (2015, p. 6), o nexos existente entre possibilidade e determinação é estabelecido por Lukács através da categoria da labilidade, que expressaria “um grupo de qualidades contidas no ser que podem ou não se afirmar no processo de transformação de uma efetividade em outra” (*ibid.*). O autor ainda aponta que é preciso atentar para o fato de que “nem a categoria da possibilidade caracteriza qualidades já efetivadas (caso em que a possibilidade se confundiria com o próprio ser), nem caracteriza a impossibilidade imediata de efetivação (caso em que se confundiria com o não-ser)” (*ibid.*). Compreende-se, portanto, que a possibilidade, em um sentido geral, se refere a uma condição intermediária entre o ser e o não-ser – aquela do “poder-vir-a-ser”.

A partir da reconstituição ontológica de todas essas categorias, Lukács pretende indicar a validade geral, a fecundidade metodológica e o raio de ação das determinações reflexionantes, sendo elas formas dialéticas capazes de representar adequadamente a processualidade específica de cada esfera do real.

Lukács salienta que os problemas provenientes de uma utilização logicista da dialética se devem, por um lado, pela tentativa de compreender de maneira acrítica as formas inferiores de ser a partir da aplicação de relações dialéticas que só se manifestam no nível máximo do ser (a utilização generalizada da categoria da negação há pouco apresentada constitui um desses exemplos); e, por outro, pelo fato de que na filosofia hegeliana procurou-se “interpretar de modo reducionista complexos dialéticos mais elaborados a partir dos mais simples” (LUKÁCS, 2012, p. 278). Além disso, seria preciso determinar corretamente a prioridade ontológica do ser em relação à teoria do conhecimento, ou seja, seria preciso compreender os processos reais a partir da relação dialética que se estabelece entre essência, aparência e fenômeno (*ibid.*). Após esclarecer estas questões, Lukács busca indicar, de

forma conclusiva, a maneira como se dariam os processos dialéticos de suprassunção (*Aufhebung*) das contradições nas esferas do pensamento, da natureza (inorgânica e orgânica) e do ser social.

Lukács evidencia que as suprassunções próprias do pensamento possuem somente caráter teórico, como no caso de reconhecer a relação de diferença e de unidade entre a forma e o conteúdo de um objeto. Nesses casos, como adverte o autor, “uma suprassunção ontológica dessas determinações de reflexão é impossível” (*ibid.*, p. 279). Tão logo uma objetividade ontológica é suprassumida, nela já estará contida uma nova relação forma-conteúdo, sendo necessário, portanto, compreender a constituição concreta dessas determinações reflexionantes que emergem do real.

Por sua vez, as suprassunções referentes à esfera natural se realizariam de maneira regulada, através de leis objetivas que se apresentam como necessidades próprias dos objetos naturais (*ibid.*, p. 279-280). Assim, na natureza, o que se percebe é a existência de processos causalmente relacionados que podem se manifestar na emergência de objetos e processos naturais, sendo que a efetivação (ou não) desses processos e objetos é condicionada pela casualidade, que brota necessariamente do entrelaçamento entre processos causais específicos dessa esfera (entrelaçamento entre acaso e necessidade)

Já na esfera social o processo de suprassunção estaria associado a um conhecimento verdadeiro ou falso dos complexos. Essa cognição determinaria a capacidade de fomentar ou constringer determinado processo gerador de algo ontologicamente novo na realidade. O procedimento indicado por Lukács é o seguinte: o conhecimento efetivo dos objetos da natureza habilita uma práxis que permite efetivar possibilidades contidas no ser que não se apresentam espontaneamente; portanto, o conhecimento desses processos dialéticos possibilita uma intervenção ativa do ser social sobre seu meio. Assim, Lukács observa, bem como Marx, que no campo de possibilidades do ser social funda-se um metabolismo entre sociedade e natureza, “sendo que, no entanto, a apreensão correta da dialética da natureza constitui um pressuposto incontornável” (*ibid.*, p. 280).

O ponto decisivo, digamos em caráter conclusivo, é que a investigação de Lukács permitiu que fossem afastadas diversas inadequações gnosiológicas na compreensão de processos ontológicos. Além disso, o autor pôde constatar que a existência humana não somente se ergue ao lado da existência da natureza, mas se ergue a partir dela, sendo um equívoco considerar o ser social independentemente da natureza, como uma antítese que a exclui. O resgate do argumento de Lukács aqui realizado visa indicar a pertinência da *Ontologia*, na medida em que o esclarecimento da dialética entre os níveis de ser “distende todo um aparato e um instrumental conceitual apropriado, no marxismo, antes, completamente inexistente, até mesmo impensável” (OLDRINI, 2017, p. 304). Com isso, percebe-se que a contribuição de Lukács é mais do que necessária, pois indica uma solução capaz de conduzir o extenso debate sobre o método dialético – que foi (e ainda é) travado entre importantes pensadores da tradição marxista – a uma solução objetiva, ou seja, fundamentada ontologicamente.

### **Considerações finais**

Orientando-se pelo procedimento investigativo inaugurado por Marx, Engels procura evidenciar a necessidade de se incorporar o caráter processual e transitório dos objetos que compõem a realidade à investigação da esfera da natureza. Percebe-se que o projeto de Engels permite confrontar o proceder epistemológico empirista, positivista, idealista etc., que predominava nos mais variados campos de pesquisa na época de suas publicações. Tragicamente, por mais que essas formas de cientificidade tenham se transformado de lá para cá, é nítido que ainda hoje exercem forte influência nas mais diversas investigações, tendo se irradiado, em passos largos, às ciências sociais.

É verdade que não se pode ignorar os eventuais (e efetivos) deslizes presentes nos textos de Engels, tampouco a hipostasia de suas teses realizada subsequentemente por diversos teóricos da tradição marxista. De todo modo, este trabalho buscou destacar sobretudo o acento dado por Engels à

necessidade de se analisar os movimentos da realidade a partir dos objetos concretos, em sua processualidade, sendo inadequado o estabelecimento de conceitos *a priori* nas investigações do real. Sua análise expressa uma síntese crítico-metodológica explícita do procedimento hegeliano, sendo ela de grande importância para a compreensão de aspectos fundamentais próprios da dialética materialista de Marx.

Considerando também o grande período de desvirtuação da teoria de Marx e Engels durante o século XX, fez-se necessário perscrutar as teses desenvolvidas na obra da maturidade de Lukács – esta que figura como responsável por resgatar determinações absolutamente relevantes à investigação científica, que, por sua vez, já se apresentavam implícita ou explicitamente nas formulações de ambos os autores supracitados. Na *Ontologia*, Lukács destaca a necessidade de os diversos campos da ciência contemplarem em suas investigações a processualidade dialética constituinte de todos os objetos que formam a realidade, ao menos se existe a pretensão de se obter um conhecimento aproximativo da totalidade concreta que seja o mais fidedigno possível.

Em suma, o que Lukács consegue evidenciar é a existência específica de movimentos dialéticos na natureza e na sociedade, salientando que a compreensão desses movimentos permite uma intervenção cada vez mais adequada do ser social sobre a natureza e, conseqüentemente, um maior esclarecimento das conseqüências desencadeadas por esse incessante processo. Portanto, o que se percebe ao analisar as teorias de Lukács e de Engels é o fato de que ambos, acertadamente, ressaltam a necessidade de se compreender a totalidade em sua processualidade universal. Por mais que a teoria de Engels apresente problemas, sobretudo no que se refere à generalização dos mecanismos que acionam a dialética nas diferentes esferas do ser, não se pode negar que o autor conseguiu captar a importância metodológica central carregada pelo aspecto da mudança. Assim, o grande mérito de Lukács está em especificar, através de sua análise crítica na maturidade, as diferenças e identidades entre os componentes constituintes dos momentos

dialéticos situados nas esferas natural e social, utilizando-se para isso de um aparato categorial extremamente adequado e necessário ao marxismo.

De todo modo, apresenta-se como problemático o fato de que a investigação científica em geral continue negligenciando as determinações que foram reveladas pelos autores mencionados. Tais determinantes claramente permitem uma melhor compreensão da realidade contemporânea, além de se mostrarem extremamente necessários em tempos em que as atuais mudanças na natureza, desencadeadas pelo agir dos seres humanos, vêm afetando a vida em sociedade de forma cada vez mais preocupante. Portanto, além de apresentar as formulações desses autores sobre o método dialético e a sua utilização para a compreensão da realidade, espera-se ainda que este trabalho sirva como alerta para as pesquisas científicas a serem realizadas tanto na esfera da natureza quanto na esfera social. Contudo, ao se levar em conta que a desconsideração do caráter transitório dos objetos é necessária para a reprodução plasmada da sociabilidade capitalista, não é possível esperar que alterações substanciais no proceder científico sejam implementadas paralelamente à manutenção do capitalismo, já que revelariam o caráter contraditório do modo de produção atual.

Assim, procurou-se aqui destacar o fato de que as determinações dialéticas analisadas são, na verdade, determinações que constituem o próprio objeto investigado, e que, portanto, o caminho para encontrar soluções objetivas aos diversos problemas socioambientais derivados do estado de coisas atual posto pela dinâmica capitalista passa, necessariamente, pela dissolução dos objetos que determinam a realidade e desencadeiam esses processos.

## Referências

- BHASKAR, Roy. *A Realist Theory of Science*. 1. ed. New York: Routledge, 2008
- BHASKAR, Roy. *The possibility of naturalism*. 3. ed. New York: Routledge, 1998
- CHASIN, José. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009
- COUTINHO, Carlos Nelson. Lukács, a ontologia e a política. In: ANTUNES, Ricardo; RÊGO, Walquíria. *Lukács: um galileu no século XX*. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 16-26, 1996
- EAGLETON, Terry. *Depois da teoria*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016
- ENGELS, Friedrich. *A dialética da natureza*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020
- ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015
- FORTES, Ronaldo Vielmi. Lukács e o desvelamento da perspectiva ontológica da obra de Marx. In: *Anais do V Colóquio Internacional Marx-Engels*. Campinas, 2017
- LENIN, Vladimir. *Friedrich Engels*. Lisboa: Edições Avante, 1982
- LÖWY, Michael. *Marxismo contra Positivismo*. São Paulo: Cortez Editora, 2018
- LUKÁCS, György. *História e consciência de classe*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social I*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social II*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013
- LUKÁCS, György. Prefácio de 1967. In: LUKÁCS, György. *História e consciência de classe*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, p. 1-61, 2003a
- MARX, Karl. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017
- MARX, Karl. *A sagrada família*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007
- MEDEIROS, João Leonardo. Do tsunami antirrealista ao irracionalismo: sobre as raízes da atual crise da razão. In: *Anais do XXV Encontro Nacional de Economia Política – Enep*, Salvador, 2020
- MEDEIROS, João Leonardo. Marx e a crítica da Economia Política: a negação como fundamento da crítica. In: *Anais de Marx e o Marxismo 2015*, Niterói, 2015
- MUSSE, Ricardo. A dialética como discurso do método. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 367-389, 2005
- MUSSE, Ricardo. Apresentação. In: ENGELS, Friedrich. *A dialética da natureza*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 15-24, 2020
- NETTO, José Paulo. Apresentação. In: ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 9-19, 2015
- OLDRINI, Guido. *György Lukács e os problemas do marxismo do século XX*. 1. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2017.
- SARTORI, Vitor Bartoletti. Apontamentos sobre dialética e história em Friedrich Engels. *Verinotio* (revista on-line), Belo Horizonte, n. 20, ano 10, p. 123-133, out. 2015